

CONSTRUINDO PERCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: CONTRIBUIÇÕES DE MANOEL BOMFIM PARA A HISTÓRIA, A HISTORIOGRAFIA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRAS.

MANOEL PEREIRA DE MACEDO NETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

MESTRANDO EM EDUCAÇÃO

macedohistoria@uol.com.br

Palavras-chave: história do Brasil; crítica historiográfica; educação.

Considerações iniciais

As duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século seguinte marcaram uma época de importantes transformações no Brasil, em um movimento em que o processo abolicionista e a proclamação e a implantação da República assumiram proeminência no conjunto dessas mudanças.

A Abolição, apesar de manifestações populares significativas, como o Movimento dos Jangadeiros no Ceará e outras espalhadas pelo Brasil, se fez com a vitória do projeto parlamentar-conservador. A vitória desse projeto, através de iniciativas como a Lei de Terras, de 1850, impossibilitou mudanças na estrutura agrária e econômica, fazendo a abolição de forma gradual e com um caráter conservador. Assim, a abolição foi mais um reconhecimento formal da liberdade negra do que sua inclusão na sociedade, pois, embora livres, os negros ex-escravos e seus descendentes continuavam a viver à margem da sociedade brasileira. Outro elemento de relevante importância relacionado ao processo abolicionista foi a presença do imigrante europeu no Brasil que, além dos aspectos relacionados ao mundo do trabalho, está associada às estratégias de branqueamento do povo brasileiro. Essas estratégias foram ancoradas em teorias deterministas européias que, no Brasil, alimentaram as teorias raciológicas empenhadas em justificar o atraso brasileiro e em defender a inviabilidade de uma nação de negros e mestiços. Acerca dessas novas interpretações sobre a realidade brasileira, Lilia Schwarcz entende que:

A entrada e aceitação dessas novas interpretações não significou, porém, uma ocorrência isolada. Com efeito, os anos 70 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma tensa. De um lado, 1871 é um ano chave na desmontagem da escravidão, já que a Lei do Ventre Livre anunciava a derrocada de um regime de trabalho havia muito arraigado.

Por outro lado, a década de 70 é entendida como um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representava o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental.

No conjunto dessas influências que passaram a ocupar a cena brasileira, o pensamento positivista foi protagonista de importantes acontecimentos políticos e a absorção, pelos militares, do positivismo e do republicanismo originou uma “seita” politicamente organizada que passou a interferir objetivamente nas questões políticas nacionais. Sílvio Romero, em 1894, na obra “Introdução a Doutrina Contra a Doutrina”, analisa a ação prática desse grupo, sua inserção na vida política nacional, sua importância para a propagação das idéias positivistas no Brasil e afirma que “A despeito de suas pretensões e ousadias, [os positivistas] não passariam, não teriam passado até hoje de um grupo insignificantíssimo, sem a mínima preponderância, se não contassem entre seus adeptos os moços estudantes e os moços oficiais há pouco saídos da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra”.

A Proclamação da República brasileira significou, em termos pragmáticos, o acesso mais direto ao poder de grupos descontentes com o regime monárquico. A Igreja, o Exército e os setores das oligarquias agrárias, em especial os cafeicultores do Oeste Paulista que, embora ocupassem lugar central na economia do país, não dispunham do poder político, se empenharam na defenestração do Império, pois viam, na República, a possibilidade de fortalecimento de seus projetos. A República não foi proclamada em função de um projeto popular voltado para a democratização das instituições brasileiras, ao contrário, viabilizou um acesso privilegiado ao poder.

Embora a Primeira República brasileira não tenha construído, objetivamente, modernas instituições nem produzido a redenção nacional, a República foi concebida por muitos, na época, como marco do ingresso brasileiro em uma nova era, como a consagração do novo e o caminho para a construção de uma nação moderna e identificada com a idéia de progresso e civilidade. As mudanças políticas e o aparecimento das instituições de saber como os Institutos Históricos e Geográficos e as Faculdades de Direito e Medicina proporcionaram um ambiente fértil para o surgimento de idéias novas, ou como afirma Sílvio Romero, “um bando de idéias novas”. A proclamação destas idéias era o que impulsionava a “geração de 1870”, que condenava a fossilização do Império e defendia reformas capazes de curar a nação de um passado obscuro e apontar para um futuro próspero e regenerador.

Na verdade, os diferentes impasses encobriam, em seu conjunto, tentativas de esboço de uma nova nação que buscava se libertar de algumas amarras do Império sem ter claro um novo projeto político. Os anos 70 constituem, neste sentido, um marco

consagrado pelos diferentes comentadores. Dos historiadores mais tradicionais, como Capistrano de Abreu, aos críticos contemporâneos mais radicais, como Sílvio Romero, todos viram nela uma década de inovações, o começo de uma nova era.

O saber passa a ser um fio condutor das reformas sociais e os intelectuais porta-vozes e guias das mudanças necessárias para o progresso da nação. Essa ligação umbilical entre o saber e a reforma social transforma o utilitarismo intelectual em um traço essencial na identidade e no comportamento dos pensadores brasileiros ou, como afirma Nicolau Sevecenko, “o engajamento se torna a condição ética do homem de letras”. Esses pensadores, da geração de 1870, e os que vieram logo depois, não constituíam uma rede homogênea de pensamento, ao contrário, apresentavam interpretações diferentes e divergentes e travavam longos e intermináveis debates acerca da realidade brasileira. É nesse ambiente que alguns pensadores recorrem às teorias deterministas européias, como o evolucionismo e o darwinismo social de Spencer, e encontram, na presença negra, na miscigenação e nas condições físicas, as razões para o atraso brasileiro. Outros, como Manoel Bomfim, rejeitaram as explicações raciológicas e deslocaram seu olhar para as relações de poder e para as estruturas econômicas, entendidas como verdadeiras razões para o nosso atraso. Bomfim escreveu várias obras, entre as quais se destacam *A América Latina: males de origem* (1905), *Através do Brasil* (com Olavo Bilac, em 1910), *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação* (1915), *Noções de Psicologia* (1917), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930), *O Brasil Nação* (1931). Sua obra se caracteriza pela originalidade, pois seu pensamento, em vários aspectos, se coloca contra o pensamento hegemônico da época, sua interpretação do Brasil apóia-se na análise histórica da relação metrópole-colônia, entendendo o atraso brasileiro como produto da exploração bragantina e defende a educação pública como um caminho para a redenção nacional.

A proposta deste artigo é fazer uma análise sobre essas questões que envolvem o pensamento de Manoel Bomfim, destacando algumas de suas contribuições acerca da história, da historiografia do Brasil e do papel da educação para a construção de um país soberano e democrático.

Bomfim e a crítica historiográfica

A história da historiografia é uma atividade nova que tem início na época do Iluminismo. A fonte geradora dessa atividade é a necessidade de retificação das versões do passado e a necessidade de cada geração de interrogar seu passado a partir das demandas de sua época. Nessa linha de raciocínio, Malerba afirma que: “(...) cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao

historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica”.

Horst Blanke, ao analisar as funções da história da historiografia, aponta duas funções principais: uma função afirmativa, voltada para a afirmação da ideologia oficial e para a legitimação de posições políticas respaldadas na tradição e uma função crítica com a intenção de questionar princípios ideológicos, superar visões de mundo e posições políticas. Na análise sobre contribuições de Manoel Bomfim à crítica historiográfica no Brasil, Rebeca Gontijo afirma que:

Manoel Bomfim não pode ser considerado como um historiador, no sentido que, já em sua época, era atribuído a autores como Capistrano de Abreu e João Ribeiro. O primeiro garantia sua identidade como historiador através de sua experiência no trato com fontes documentais em arquivos – o que era fundamental num momento em que se almejava conferir cientificidade à história. O segundo através de sua atividade docente e, como observou Patrícia Santos Hansen, através da produção de ‘reflexões mais filosóficas’ sobre a disciplina.

Nesse sentido, nos associamos ao argumento de que Manoel Bomfim não pode ser considerado um historiador no sentido apresentado por Gontijo, porém esteve amplamente envolvido com o pensamento histórico e com a crítica historiográfica e sua produção muito pode contribuir para a discussão sobre o ofício do historiador na Primeira República brasileira.

Em “O Brasil na História”, Bomfim analisou o confronto entre objetividade e subjetividade em relação ao trabalho do historiador. Defensor de uma história científica e apaixonada criticou o trabalho de historiadores que, em nome da neutralidade científica, teriam deturpado a história do Brasil. No capítulo 2, Deturpações e Insuficiências na História do Brasil, apontou como razões para a deturpação da história do Brasil uma causa externa que seria a “deficiência de critério histórico” para registrar as tradições nacionais em função da influência da sociologia francesa (principalmente o positivismo) e uma série de causas internas provocadas pela ação de historiadores anti-nacionalistas que perverteram a opinião pública, negando o valor dos verdadeiros responsáveis pelas tradições brasileiras.

Na análise da influência francesa (causa externa), critica a abordagem mecânica da realidade brasileira pela sociologia francesa (positivista), incapaz de contribuir para uma compreensão dinâmica das especificidades de cada povo. Em função da mecanicidade da influência francesa, “Bomfim considerava os estudos franceses como caracterizados pela ausência de rigor científico, uma vez que apresentavam, segundo ele, um reduzido critério de

observação”. Assim, critica a rigidez da obra de Comte por considerá-la incompatível com a maleabilidade da vida.

Quanto às causas internas, são apontadas: a negação ou camuflagem de interesses, a perversão das fontes e a redução da história à enunciação de fatos e à listagem de nomes. Para o autor de “O Brasil na América”, a história era escrita sob a égide de interesses e paixões e o bom historiador era aquele capaz de valorizar a tradição brasileira. Ao eleger a perversão das fontes como uma das causas das deturpações da história do Brasil, Bomfim mergulhou na discussão acerca da utilização das fontes no trabalho do historiador, contudo esquivou-se de trabalhar com as fontes primárias, com a pesquisa documental (arquivística), optando por se dedicar à crítica historiográfica. Tal opção está associada ao interesse político de se contrapor à historiografia considerada oficial. Na história do Brasil, ele identifica uma luta entre duas tradições inconciliáveis: uma considerada a alma brasileira, republicana e democrática, viva e atuante desde o século XVI e outra ligada à monarquia portuguesa, esta última, presente no espírito dos dirigentes continuadores da ação metropolitana. Esse conflito refletiu-se na historiografia, dividindo-a em duas correntes: a oficial, portuguesa, bragantina, responsável pela deturpação da história do Brasil, que tem Varnhagem como seu grande representante e a patriótica, republicana, brasileira, empenhada na exaltação patriótica do Brasil, que tem Frei Vicente do Salvador e Robert Southey como seus primeiros legítimos representantes.

A obra de Bomfim é uma importante revisão da historiografia brasileira em que, embora a crítica à deturpação das fontes e à inverossimilhança nas informações esteja sempre presente, seu interesse principal foi a defesa de uma historiografia patriótica, voltada para a edificação do Brasil e de suas tradições, empenhada em buscar a verdade sem que os historiadores se dissociassem dos seus interesses e paixões.

O olhar crítico de Bomfim para a história do Brasil

A crítica de Bomfim à historiografia brasileira parte da constatação de que a história não narra o que aconteceu, pois é um conflito de interpretações ligadas a interesses e projetos de atores em luta e que, hegemonicamente, os historiadores narravam uma história do Brasil contra o Brasil, faltava aos nossos historiadores um olhar próprio para elevar a auto-estima da nação. A partir dessa compreensão, procurou reescrever acontecimentos da nossa história. Como ressalta Reis, o seu esforço esteve voltado para “reescrever uma história do Brasil a contrapelo, a favor do Brasil e contra o trono, contra os bragança e os poderes que os sucederam e mantiveram seus valores e modos de agir. Ele queria oferecer à nação brasileira a glória e a centralidade que lhe foram recusadas pela historiografia europeia e pelos intelectuais brasileiros aculturados”.

Buscando afirmar uma origem gloriosa para o povo brasileiro, Bomfim cria um mito de fundação para o Brasil, ou seja, no início de sua história, o Brasil foi uma potência vitoriosa e heróica. Com o Tratado de Tordesilhas, as potências européias passaram a partilhar e pilhar as terras americanas, sendo a América palco de intensas disputas em que o Brasil teve um papel de “vitoriosa potência universal”. Para o pensador sergipano, na luta contra a presença francesa, o Brasil assumiu o papel de guardião da América do Sul e a expulsão dos holandeses de Pernambuco foi obra da gente brasileira. Assim, a sua tese é que o Brasil pré-bragantino teve papel central na história do mundo moderno e que “da ação dos primeiros brasileiros derivam conseqüências históricas muito mais fortes do que as conquistas de Alexandre”.

No mito de fundação do Brasil de Bomfim, percebemos o seu interesse de pensar um Brasil idealizado como glorioso e heróico que é anterior ao Brasil bragantino e de afirmar que o povo brasileiro é ontologicamente vigoroso. Outro aspecto destacável é que o negro não entra na sua fundação mítica do Brasil, “para ele, a influência do negro no corpo e na alma brasileiros foi menos pronunciada do que parece, pois ele chegou tarde, apenas no século XVIII”. Nessa visão, os negros chegaram aqui quando a gênese brasileira já estava constituída e, portanto, o mesmo Bomfim que condenou a idéia de um país branco como condição para o seu progresso excluiu o negro do Brasil heróico e glorioso da origem.

Ao mesmo tempo em que Bomfim descreve o Brasil dos primórdios como glorioso, sonha com o retorno a essa origem, já que a história corrompeu e profanou a perfeita criação brasileira. Para ele, estávamos no paraíso antes do pecado original do bragantismo. Em uma época em que as teorias deterministas se debruçavam sobre a realidade brasileira e encontravam respaldo em intelectuais como Sílvio Romero e Oliveira Vianna, Bomfim procurou analisar o Brasil criticamente a partir da sua história e encontrou, na ação bragantina, as razões principais para os “males de origem” e para o atraso brasileiro.

Para o autor de “Noções de Psicologia” a história da nação brasileira se fez através de quatro revoluções frustradas: a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Não foram revoluções profundas, pois não alteraram radicalmente a estrutura econômica interna e não provocaram uma ruptura com a dominação bragantina, em suma, não foram capazes de curar nossos males.

Na análise do processo de Independência do Brasil e de formação do Estado brasileiro, Bomfim aponta a existência de dois projetos em disputa: o projeto nacional e o projeto bragantino. A ascensão de D. Pedro I à condição de Imperador, a dissolução da Constituinte, a imposição da Constituição de 1824 e os acordos envolvendo a Inglaterra para o reconhecimento da Independência foram acontecimentos que selaram a vitória do bragantismo.

A segunda revolução frustrada ou a segunda oportunidade de vitória da nação brasileira ocorreu com a Abdicação de D. Pedro I ou, como prefere Bomfim, com a expulsão do Imperador. A vacância do trono brasileiro representou a possibilidade de ascensão do projeto republicano e democrático, porém a vitória dos moderados representou a continuidade do projeto português no governo do Brasil, “para Bomfim, a razão nacional estava com os exaltados, mas, desorganizados, eram sempre derrotados. Eles nunca se organizaram para a luta civil e, por isso, os moderados ficaram senhores dos destinos da pátria”..

Bomfim concebe a Abolição da Escravidão como primeira e única tentativa de revolução social na vida do Brasil, porém foi outra revolução frustrada. As razões, apontadas por ele, para o fracasso da Abolição foram: a extinção do tráfico ocorreu em função dos interesses ingleses, a Abolição ocorreu tardiamente e não resolveu a questão social envolvendo o negro.

A Proclamação da República, para Bomfim, foi o auge da frustração. O sentimento republicano estava na alma brasileira desde a origem, ou seja, desde as manifestações do período colonial que propunham o rompimento radical com Portugal. Contudo, a República brasileira, proclamada por militares mergulhados na ideologia positivista, não realiza o seu sonho de uma nação soberana e democrática, ao contrário, constitui um regime oligárquico com os donos de terra no poder.

A Proclamação da República decepcionou a nação, que continuou abafada, escravizada pela nova classe dirigente, como era antes pelo governo da Metrópole. A tradição nacional republicana tinha como inspiração a justiça e a liberdade. A tradição bragantina tendia ao despotismo vil. A República de 1889, continuando a tradição política portuguesa bragantina, repetiu os crimes dos governos da Metrópole e de D. Pedro II contra o Brasil.

Em “A América Latina: males de origem” (1905), faz uma reflexão sobre os males de origem dos países do continente, colocando, no centro de sua análise, as questões pertinentes às relações entre nações hegemônicas e nações dependentes. Condenou as teorias do racismo científico e comparou a situação da América Latina a uma doença que, para ser bem diagnosticada, precisava de um histórico do paciente.

Tal é o caso das nacionalidades sul-americanas. Aparentemente, não há nada que justifique ou explique esse atraso em que se vêem, as dificuldades que têm encontrado no seu desenvolvimento. O meio é propício, e por isso mesmo, diante desta anomalia, o sociólogo não pode deixar de voltar-se para o passado a fim de buscar as causas dos males presentes. Há um outro fato a indicar bem expressamente que é nesse passado,

nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa de suas perturbações atuais.

Com base na história, o autor de “O Brasil Nação” encontrou elementos para afirmar que o atraso latino-americano tinha suas causas na exploração imposta pelos colonizadores ou no que ele chama de parasitismo social. No seu estudo das sociedades latino-americanas, percebe que as mesmas sofreram do mal que já corroera Portugal e Espanha: o parasitismo. Bomfim mostra que os países ibéricos acabaram por adquirir, em função das guerras, especialmente contra os mouros, uma educação guerreira e depredadora. Com o tempo, o heroísmo é pervertido dando lugar à luta pela luta, a expansão colonial é movida pelo espírito de violência e destruição, como ficou evidenciado nas colônias ibéricas. A colonização produz a transformação sedentária de Portugal e Espanha, isto é, esses países passaram a explorar a terra utilizando o negro africano e o indígena para o trabalho e, assim, de guerreiros por necessidade tornaram-se parasitas sedentários do trabalho alheio. O parasitismo provoca a exploração predatória e o gosto pela vida sedentária, que leva ao esgotamento dos recursos e a decadência das sociedades.

Do parasitismo, decorrem várias conseqüências que são apresentadas em “A América Latina: males de origem”, dentre as quais destacamos os efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades, que podem ser gerais ou especiais. Os primeiros representam as modificações e perturbações que ocorrem ao organismo parasitado, pelo simples fato de ele ser parasitado. Nessa linha de argumentação, Bomfim esclarece que:

O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas sociedades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos do parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele.

Tais efeitos, gerais, compreendem três ordens de manifestações: o enfraquecimento do parasitado, a violência que se exerce sobre ele e a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas. O parasitismo explica também a peculiar forma de organização do Estado nas nações latino-americanas. Um tipo de Estado preservado pela força das tradições governamentais, que funciona como um corpo alheio à nacionalidade. Essa distância entre o Estado e a nação provoca uma reação desta contra aquele, pois “Abandonados pelo Estado, sofrendores e infelizes, é natural que as populações lhe paguem com ódio e má vontade a

dureza com que são tratadas”. Para Bomfim, os primeiros sinais de vida nas sociedades americanas foram protestos e revoltas contra o Estado metropolitano e a ruptura com esse modelo político significaria o encontro entre a nação e o Estado.

Na formação das nações latino-americanas, houve também a influência negra e indígena. O pensador sergipano considera que essa influência foi pequena, tanto pelo atraso destes povos quanto pela condição social que lhes foi imposta. Apesar dessas incongruências, condena as teorias do racismo científico, assinalando que “tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”. Portanto, o autor de “O Brasil na História” rejeita a teoria da inferioridade racial e a classifica de pseudo-ciência. A teoria do valor das raças atua como um instrumento para legitimar as políticas de dominação entre os povos, ou seja, a teoria de superioridade de um povo está associada à condição geopolítica da nação que o representa. No âmbito dessas discussões, Bomfim condena as estratégias de branqueamento e defende uma teoria de valorização do cruzamento que se aproxima do elogio à miscigenação presente nas reflexões apresentadas por Gilberto Freyre.

A educação e a superação do parasitismo

A partir dessa análise sobre as condições sociais e históricas, Bomfim defendeu a educação básica e pública como saída para o atraso que afligia o Brasil e a América Latina. Segundo ele, num primeiro momento de sua produção, somente a educação (instrução popular) edificaria os povos do continente, livrando-os do atraso, da ignorância e da miséria. No Brasil, a educação fora abandonada, desprestigiada pelo bragantismo e a sua valorização era indispensável para o soerguimento da nação. Para o autor de “Lições de Pedagogia”: “A educação traria a libertação do gênio nacional se ensinasse a complexidade das relações humanas e nos salvasse do complexo de inferioridade”.

Uma das críticas mais contundentes de Bomfim à Primeira República brasileira foi motivada pela falta de compromisso dos governos em reverterem a situação da educação nacional, pois o Brasil continuava a ser um país de analfabetos e despreparados. A herança bragantina alimentava a ignorância com os irrisórios investimentos em educação:

È espantoso, é monstruoso, que um país onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos não estão sendo estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reserve-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3.200 contos para tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios etc.!.

Alguns críticos do projeto educacional de Bomfim argumentam que a sua idéia é marcadamente influenciada pela ilusão ilustrada de que a educação funcionaria como uma alavanca na solução dos problemas nacionais. Essa visão está presente, notadamente, em *A América Latina: males de origem* (1905). Contudo, em *O Brasil Nação* (1931), ele afirma que as mudanças na educação ocorreriam com a fundação de uma nova ordem política. Considerando as mudanças de pensamento no decorrer de sua obra, recorreremos à análise de Conde Aguiar, em face do debate com Antonio Candido, de que:

Ora, de 1905 a 1931, persistiu, na sua visão, a ênfase no agravamento dos “males nacionais”, ou seja, na intensificação da crise social e política na América Latina. Contudo, de uma para outra obra, período em que ele viveu intensamente uma grande experiência política, educacional e intelectual, houve uma modificação sensível nas suas expectativas e, conseqüentemente, na sua proposta de “regeneração do país”. Em *A América Latina: males de origem*, Bomfim apoiou-se, como foi visto, numa proposta, segundo Antonio Candido, “ilustrada”: esta era, na época, o “remédio” que julgava capaz de curar os “males” latino-americanos. Bem distinta, porém, será a solução que irá indicar em *O Brasil Nação*.

A educação tem uma presença visceral na vida e na obra de Bomfim, o seu envolvimento com a educação vai da ocupação de cargos públicos ao trabalho de escrever livros educativos. Bomfim assume o projeto de lutar pelo Brasil com a consciência de que, sem a educação, a sociedade não muda e de que a educação podia construir percursos contra-hegemônicos capazes de embalar o seu sonho de uma República soberana e democrática.

Considerações finais

O Brasil, na passagem do século XIX para o século XX, foi sacudido pela efervescência de movimentos como o abolicionismo e o republicanismo e pela presença de “um bando de idéias novas”. Nesse cenário, os debates intelectuais procuraram encontrar razões para o atraso brasileiro e caminhos que colocassem o Brasil nas trilhas do progresso.

É nesse ambiente que alguns pensadores brasileiros recorrem às teorias deterministas européias, como o evolucionismo e o darwinismo social de Spencer, para explicar o nosso atraso. Sob influência dessas teorias e de outras correntes de pensamento, como o positivismo, configura-se o que estamos chamando de pensamento hegemônico brasileiro. Na contramão desse discurso dominante, caminha Manoel Bomfim com a proposta de pensar o Brasil a partir

de outros olhares. Neste artigo, analisamos criticamente algumas de suas contribuições para a história, a historiografia e a educação brasileiras e chegamos à conclusão de que o seu pensamento é de grande importância e de que suas teses contra-hegemônicas, solitárias, marginalizadas e esquecidas na época, ganham atualidade na medida em que o sonho de uma nação soberana e democrática ainda está por ser realizado.

NOTAS